

☐ **REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

☐ **PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Tendo o Senhor Primeiro-Ministro decidido não responder diretamente às 12 questões que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou a 23 de novembro, sobre as intervenções do seu Governo nos processos Eurobic e BANIF, V. Exa. optou por enviar um texto lacónico e vago e praticamente a nada responder, tentando recompor uma narrativa com factos parcialmente relacionados, procurando alterar o foco da atenção, e sem esclarecer as suas próprias ações e interferências.

No caso do Eurobic, tal caminho levou V. Exa. a incorrer numa insanável contradição que vale a pena poder ter a última oportunidade de esclarecer. Com efeito, de um lado V. Exa. escreve que “o Primeiro-Ministro nunca fez qualquer diligência junto do Governador do Banco de Portugal ou de quem quer que seja em favor da Eng<sup>a</sup> Isabel dos Santos”, mas pouco depois escreve a propósito da alegada “intervenção do Governador do Banco de Portugal relativa ao Eurobic” (que estaria a levar a Eng<sup>a</sup> Isabel dos Santos a por em causa o acordo entre acionistas do Eurobic) que V. Exa contactou o Governador “direta, informalmente – e sem publicidade”, avisando contra “qualquer ação que pusesse em causa o acordo tão dificilmente alcançado entre os acionistas do BPI” – parecendo aí confirmar, em larga medida, o que foi recentemente tornado público pelo então Governador.

Não só é patente a contradição nas próprias palavras do Senhor Primeiro-Ministro, como é flagrante a omissão do próprio em esclarecer sobre o conteúdo e os termos dos seus contactos junto do Governador do Banco de Portugal sobre a situação da Eng<sup>a</sup>. Isabel dos Santos no Eurobic. Tal falta de resposta é tão mais reveladora quando o antigo Governador apresentou explicitamente a sua versão do conteúdo daqueles contactos (alegadamente corroborada por uma mensagem escrita muito recente) e o

Senhor Primeiro-Ministro logo se apressou a declarar que muito rapidamente iria agir judicialmente para demonstrar a inveracidade daquela versão (embora até ao momento não consta que o tenha feito, passados mais de 3 meses).

Surpreendentemente, na resposta ao Parlamento o Primeiro-Ministro deixou por esclarecer o conteúdo do seu contacto junto do Governador – embora acabasse a reconhecer a existência do mesmo e o respetivo intuito genérico de tentar travar a “intervenção do Governador do Banco de Portugal relativa ao Eurobic”.

Relativamente às questões colocadas sobre o BANIF, o Primeiro-Ministro contornou ostensivamente as mesmas, suscitando, com a sua falta de respostas, uma legítima suposição de que admite as hipóteses nela colocadas.

Essa omissão às perguntas é tanto mais sugestiva quanto, por um lado, V. Exa. refere na resposta que “o processo de venda voluntária não se concretizou no prazo necessário, tendo-se demonstrado inviável uma venda que não decorresse em contexto de resolução”, mas por outro lado o Senhor Primeiro Ministro pura e simplesmente fugiu a esclarecer sobre: (i) as suas ações no período da fase final desse processo de venda voluntária (concluído apenas a 20 de dezembro), e sobre (ii) o impacto muito sério que as mesmas tiveram na aceleração da degradação da situação do Banco (incluindo fuga de depósitos durante a semana em que o PM escreveu a carta) e (iii) nas possibilidades da conclusão com sucesso daquela venda que, como foi apurado, tinha propostas apresentadas por interessados.

Torna-se, portanto, indispensável dar ao Senhor Primeiro-Ministro uma última oportunidade para prestar esclarecimentos sobre as suas ações e a forma como contribuíram para uma degradação fatal na situação do BANIF e à resolução que foi tornada inevitável pela fuga de depósitos ocorrida entre 14 e 20 de novembro de 2015.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do PSD vêm, por este meio, dirigir ao Primeiro-ministro, as seguintes questões:

### **Sobre a intervenção no processo de avaliação da idoneidade de Isabel dos Santos para a administração do EuroBIC**

1. Tendo confirmado que contactou o Governador do Banco de Portugal, Dr. Carlos Costa, relativamente à intervenção do mesmo no processo do Eurobic para apreciação da idoneidade da Eng. Isabel dos Santos, quais os motivos para ter enviado a 15 de novembro de 2022 um SMS ao Dr. Carlos Costa, na sequência da notícia que revelou o contacto feito em abril de 2016, declarando que nessa altura referiu como inoportuno o Banco de Portugal estar a tentar afastar Isabel dos Santos da administração do EuroBic, quando estava em curso a solução para a sua saída do BPI?

2. Note-se que aquilo que o Primeiro-Ministro afirma na carta que enviou ao Grupo Parlamentar do PSD é contraditório com o SMS que enviou ao Dr. Carlos Costa em novembro de 2022, conforme notícia do jornal Observador e que não foi desmentida. Na carta dá a entender que o “inoportuno” diz respeito ao BPI mas o contexto do SMS é claro: está a desmentir que tivesse dito a frase “a filha do presidente amigo” e acrescentou que “*Como bem sabe, e se deve recordar, contactei-o para transmitir a inoportunidade da medida, tendo em conta o acordo que tinha sido possível alcançar para libertar o BPI da participação da engenharia Isabel dos Santos*”. Ou seja, a “inoportunidade de medida” era a retirada do estatuto de idoneidade de Isabel dos Santos. Recorde-se que o livro “O Governador” do jornalista Luís Rosa descreve um telefonema do Primeiro-Ministro ao então Governador Carlos Costa, que terá sido curto, mas

exaltado, tendo o então Governador dado uma resposta direta: “trata-se de aplicar a Lei”. Se a Eng. Isabel dos Santos usou a sua saída do BPI como forma de “chantagem” para a sua não idoneidade no EuroBic, o que levou o Primeiro-Ministro a aceder a essa chantagem e a tentar condicionar a decisão do Banco de Portugal? *(Assinale-se que na comunicação de 24 de janeiro de 2023 o Senhor Primeiro-Ministro reconhece que vindo na “intervenção do Governador do Banco de Portugal relativa ao Eurobic” uma “ação que pusesse em causa o acordo tão dificilmente alcançado entre os acionistas do BPI”, “[f]oi o que leal, direta, informalmente – e sem publicidade - o Primeiro-Ministro transmitiu ao então Governador”).*

3. Confirma que nesse contacto manifestou discordância relativamente a um eventual não reconhecimento da idoneidade da Eng. Isabel dos Santos por entender ser inoportuno fazê-lo naquele momento?

4. Foi contactado pela Eng. Isabel dos Santos e/ou por Dr. Fernando Teles na sequência da reunião que estes tiveram com o Dr. Carlos Costa e na qual foi abordada a avaliação da respetiva idoneidade para efeitos de exercício de funções de administração no Banco EuroBIC?

5. Em caso de resposta negativa à pergunta anterior como teve conhecimento de que o Banco de Portugal tinha em curso o processo de avaliação da idoneidade daquelas pessoas e que ponderava seriamente uma decisão de falta de idoneidade e consequente recusa ou revogação de autorização?

6. Após a solução do BPI, e tendo a Eng. Isabel dos Santos procedido desta forma, porque razão o governo, até 2019 (quando foi emitido o mandato de captura internacional) continuou a elogiar a empresária e a participar em eventos promovidos pela mesma?

7. Não tendo o Banco de Portugal alterado a sua decisão, e tendo a Eng. Isabel dos Santos saído de acionista do BPI, não considera que a sua ação junto do então Governador Carlos Costa constitui uma gravíssima violação da independência do Banco Central, que acabou por se revelar totalmente imprudente e inconsequente?

#### **BANIF:**

8. Confirma que na sua comunicação escrita ao Presidente da Comissão Europeia e ao Presidente do Banco Central Europeu datada de 14 de dezembro de 2015, V. Exa. afirmava que o Banco Banif se encontrava em “processo de resolução” e/ou em “fase de pré-resolução”, embora se encontrasse ainda a decorrer o processo de venda voluntária? Note-se que o Primeiro-Ministro não consegue explicar por que razão enviou a carta para Bruxelas sem dar conhecimento ao Banco de Portugal, contrariando a relação de lealdade que diz que havia. E o Primeiro-Ministro procura disfarçar num aspeto: a carta tem data de 14 de dezembro e chega à Comissão Europeia na tarde de 14 de dezembro por e-mail. Não chega no dia 15 de dezembro - essa será a carta oficial por mala diplomática. Essa manobra serve para afastar a atuação do Primeiro-Ministro da notícia da TVI. Sendo que, quando a carta seguiu, o processo de venda voluntário estava em curso.

9. Previamente ao envio dessa comunicação V. Exa. informou e/ou articulou o conteúdo ou o envio da mesma com o Banco de Portugal, autoridade que detinha então competência legal exclusiva de determinar a resolução bancária?

**10.** Como explica que a TVI tenha noticiado, pelas 22h00 da noite anterior ao da carta, informação coincidente com o que nela se incluiu como conteúdo?

**11.** Não considera que o envio da carta após a notícia da TVI apenas agravou a situação do banco e contribuiu decisivamente para a sua resolução?

**12.** Houve algum contacto de potenciais compradores do Banif com o governo, antes do envio da carta?

**13.** Houve algum contacto entre o governo e a DG Com da Comissão Europeia, antes do envio da carta relativamente à venda do Banif?

**14.** Foi V. Exa. informado pelo então ministro das Finanças, Mário Centeno, de que quando ainda decorria o processo de venda e antes de ter sido decidida a resolução, o próprio ministro realizou contactos com o Banco Santander para negociar a venda em contexto de resolução e contactou as autoridades europeias solicitando o apoio e viabilização dessa venda quando o processo competitivo de venda fora de resolução se encontrava em curso?

Palácio de São Bento, 2 de março de 2023

Deputado(a)s

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO(PSD)

RICARDO BAPTISTA LEITE(PSD)

JOÃO MOURA(PSD)

PAULA CARDOSO(PSD)

PAULO RIOS DE OLIVEIRA(PSD)

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

CLARA MARQUES MENDES(PSD)

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

HUGO CARNEIRO(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

LUÍS GOMES(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

SÓNIA RAMOS(PSD)

ALEXANDRE SIMÕES(PSD)

ARTUR SOVERAL ANDRADE(PSD)

Deputado(a)s

DUARTE PACHECO(PSD)

JOÃO BARBOSA DE MELO(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

PATRÍCIA DANTAS(PSD)

RUI VILAR(PSD)

AFONSO OLIVEIRA(PSD)

CARLOS EDUARDO REIS(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

ISAURA MORAIS(PSD)

PAULO MONIZ(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)